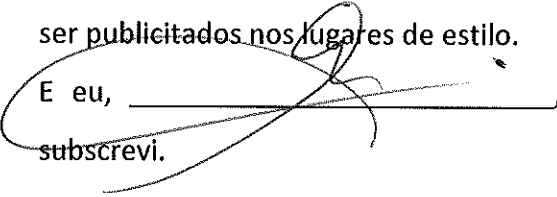


# EDITAL

CARLA MARIA NUNES TAVARES, Presidente da Câmara Municipal da Amadora, faz público, que nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º e alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, bem como no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro na sua atual redação, foi celebrado o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município da Amadora e a Academia de Esgrima João Gomes – Associação Desportiva, o qual se encontra disponível em “[www.cm-amadora.pt/municipio/editais-avisos-comunicados/contratos-programa-ed](http://www.cm-amadora.pt/municipio/editais-avisos-comunicados/contratos-programa-ed)” para consulta.

Para constar e para os devidos efeitos, se lavra o presente edital e outros de igual teor, que vão ser publicitados nos lugares de estilo.

E eu,  Diretor do Departamento de Administração Geral, o subscrevi.

Amadora, 11 de maio de 2021

A Presidente,



Carla Tavares

## CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Considerando, que:

- a) Desde 30 de janeiro de 2020 que existe uma situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, devido ao vírus SARS-Cov-2, responsável pela doença COVID-19, e que a 11 de março de 2020, foi declarado o estado de pandemia;
- b) Foi declarado o estado de emergência pelo Presidente da República, através do Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020, de 18 de março, e que o aludido estado de emergência foi renovado a 2 de abril, através do Decreto do Presidente da República nº 17-A/2020, e a 17 de abril, através do Decreto do Presidente da República nº 20-A/2020;
- c) Foi declarada a situação de calamidade pública pela resolução do Conselho de Ministros nº 33-A/2020, de 30 de abril;
- d) Tendo presente que a situação de calamidade pública provocada pela pandemia COVID-19 tem vindo a acentuar-se muito seriamente, entre outubro de 2020 e Fevereiro de 2021, com um alarmante aumento dos números de infetados, internados e falecidos, e ainda uma situação de agravamento de outras patologias típicas do período de inverno, em particular com a onda de frio que temos sofrido, o Presidente da República, através do Decreto n.º 6-B / 2021, de 13 de Janeiro decretou, a renovação do Estado de Emergência, nos termos dos artigos 19.º , 134.º, alínea d), e 138.º da Constituição e da Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio, sob proposta e ouvido o Governo e obtida a autorização necessária da Assembleia da República, através da Resolução da República n.º 1-B / 2021, de 13 de Janeiro;
- e) O município da Amadora considera que as associações desportivas têm um papel preponderante na sociedade, pois contribuem para o desenvolvimento do desporto, do lazer e da ocupação dos tempos livres, o que assume especial relevo no que toca às camadas da população mais jovens e mais desfavorecidas;
- f) Nos encontramos em processo de desconfinamento e de levantamento gradual das restrições, e que é imperativo garantir às associações desportivas as condições necessárias ao retomar da sua normal atividade, de forma a garantir a todos o direito ao desporto, direito este constitucionalmente consagrado;
- g) A **ACADEMIA DE ESGRIMA JOÃO GOMES - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA**, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem contribuído para o desenvolvimento da política desportiva do município da Amadora;
- h) Nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 23º, do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos tempos livres e desporto;
- i) Nos termos das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do diploma legal supra referido, compete à câmara municipal deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou de qualquer outra

natureza, a entidades e organismos legalmente existentes, designadamente com vista a apoiar atividades de natureza desportiva;

- j) A lei de bases da atividade física e do desporto, aprovada pela lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, determina que os apoios ou participações concedidas pelas autarquias, na área do desporto, têm de ser tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo;
- k) O decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

Entre

O Município da Amadora, com sede na Avenida Movimento das Forças Armadas, freguesia da Mina de Água, pessoa coletiva n.º 505456010, representado neste ato pela Presidente da respetiva Câmara Municipal, Carla Maria Nunes Tavares, com os poderes conferidos pela alínea f) do nº 2 do artigo 35º do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, adiante designado por primeiro outorgante;

E

ACADEMIA DE ESGRIMA JOÃO GOMES - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, pessoa coletiva n.º 508550092, com sede na Rua Carlos Amaro de Matos, n.º 74 1º dto, 2700-162, Falagueira/Venda-Nova, Amadora, representada neste ato por João Carlos Simões Ribeiro Gomes, doravante designado por segundo outorgante.

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, ao abrigo dos artigos 46º e 47º da lei nº 5/2007, de 16 de janeiro e do decreto-lei nº 273/2009, de 1 de Outubro, na sua redação atual, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1ª

##### Objeto

Constitui objeto do presente contrato-programa a cooperação entre os dois outorgantes no sentido do apoio à retoma das atividades desportivas por parte do segundo outorgante, a partir do momento em que tal seja legalmente possível.

#### Cláusula 2ª

##### Apoio Financeiro

1. O primeiro outorgante presta uma participação financeira ao segundo outorgante, para apoio à execução do programa desportivo, conforme previsto na cláusula 1ª, no montante global de 2.381,16 € (Dois mil trezentos e oitenta e um euros e dezasseis cêntimos).
2. A participação financeira descrita no número anterior destina-se, exclusivamente, a apoiar financeiramente a execução do objeto do presente contrato-programa.
3. A participação financeira referida nos números anteriores será disponibilizada na totalidade e de única vez, e será transferida após a entrada em vigor do presente contrato-programa



4. O segundo outorgante assume a responsabilidade pela integral aplicação do apoio atribuído ao objeto do contrato-programa.

5. A comparticipação atribuída através do presente contrato-programa não será proporcionalmente aumentada em função do custo real do respetivo programa, a não ser que haja concordância expressa por parte do primeiro outorgante.

**Cláusula 3ª**  
**Obrigações do primeiro outorgante**

1. O primeiro outorgante obriga-se a disponibilizar ao segundo outorgante o apoio financeiro previsto na cláusula 2ª.
2. O primeiro outorgante encontra-se obrigado a verificar o exato desenvolvimento da atividade que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento, fiscalização e controlo da sua execução, com a observância do disposto no artigo 19.º do decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

**Cláusula 4ª**  
**Obrigações do segundo outorgante**

São obrigações do segundo outorgante:

- a) Executar as atividades de acordo com o programa de desenvolvimento desportivo anexo ao presente contrato, de forma a alcançar os objetivos propostos no mesmo;
- b) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato-programa;
- c) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- d) Cooperar com o primeiro outorgante, no acompanhamento e fiscalização do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa;
- e) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo primeiro outorgante, no âmbito do objeto do presente contrato-programa;
- f) Certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas, salvo se os apoios concedidos pelo primeiro outorgante, no ano económico, forem em valor inferior a 50 000,00€;
- g) Requerer todas as licenças ou autorizações necessárias à execução do programa de desenvolvimento desportivo, junto das entidades competentes, sempre que as mesmas sejam obrigatórias;
- h) Manter um registo detalhado e atualizado dos proveitos referentes aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados, com menção expressa da sua proveniência e

insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, conforme modelo aprovado pelo primeiro outorgante.

**Cláusula 5ª**  
**Prazo de execução do programa**

1. A execução do programa tem o seu início com a outorga e publicitação do presente contrato-programa e termina com a conclusão do programa descrito na cláusula 1ª, o que deverá suceder até 30 de setembro de 2021.
2. O primeiro outorgante, com base em pedido devidamente fundamentado formulado pelo segundo outorgante, pode conceder prorrogações ao prazo estipulado no número anterior.
3. O presente contrato pode também considerar-se concluído se ocorrer facto superveniente que torne objetiva e definitivamente impossível a realização do programa, desde que a causa não seja imputável ao segundo outorgante, e exista a necessária validação por parte do primeiro outorgante.

**Cláusula 6ª**  
**Controlo e fiscalização da execução do contrato-programa**

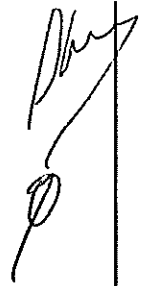
1. O controlo e fiscalização da execução do contrato-programa competem ao primeiro outorgante, assistindo-lhe o direito de mandar terceiros para os devidos efeitos.
2. No âmbito do controlo e fiscalização do cumprimento do contrato-programa, o primeiro outorgante pode realizar, para o efeito, inspeções inquéritos e sindicâncias, podendo igualmente determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

**Cláusula 7ª**  
**Revisão ao contrato-programa**

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes em conformidade com o estabelecido no artº 21.º do decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação, podendo ainda ser revisto unilateralmente pelo primeiro outorgante, em caso de imposição legal ou ponderoso interesse público, após deliberação da câmara municipal da Amadora.

**Cláusula 8ª**  
**Mora**

1. Caso se verifique um atraso na realização do programa de desenvolvimento desportivo, por parte do segundo outorgante, poderá o primeiro outorgante fixar um novo prazo ou um novo calendário para a execução, caso considere, que perante a situação em concreto tal se justifica.
2. Verificando-se novo atraso o primeiro outorgante tem o direito de resolver o contrato, ficando o segundo outorgante obrigado à restituição das quantias que já lhe tiverem sido disponibilizadas a título de comparticipação se o objeto do contrato ficar comprometido.



**Cláusula 9ª**  
**Incumprimento**

1. Caso se verifique incumprimento culposo do contrato-programa de desenvolvimento desportivo por parte do segundo outorgante, e se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa, este fica obrigado a restituir ao primeiro outorgante todas as quantias já recebidas.
2. Em caso de incumprimento não culposo do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, o primeiro outorgante dispõe do direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.
3. Se o segundo outorgante deixar de cumprir o contrato-programa de desenvolvimento desportivo de forma culposa, não poderá beneficiar de novas comparticipações financeiras enquanto não repuser as quantias a que se refere o nº 1.
4. A reposição de verbas poderá ser feita mediante retenção, por parte do primeiro outorgante, de verbas afetas a este ou outros programas de desenvolvimento desportivo celebrados entre o primeiro e o segundo outorgante.

**Cláusula 10ª**  
**Obrigações legais e fiscais**

1. Com vista a atribuição de apoio financeiro, o segundo outorgante deve cumprir todas as obrigações legais e fiscais, designadamente regularização de dívidas ao Município da Amadora, à Segurança Social e Finanças.
2. Para efeito de verificação do cumprimento das obrigações fiscais para com as Finanças e Segurança Social, o segundo outorgante presta, desde já, consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária e contributiva, por parte dos serviços do primeiro outorgante, nos termos previstos no nº 1 do artigo 4º do decreto-lei nº 114/2007, de 19 de abril, na sua redação atual, sem prejuízo de poder optar pela entrega de declaração em papel, com idêntico teor.

**Cláusula 11ª**  
**Vigência do contrato-programa**

Sem prejuízo de eventual revisão por acordo das partes contratantes, o período de vigência do presente contrato-programa tem início na data da sua publicação na página eletrónica do primeiro outorgante e finda na data determinada para o término da execução do programa, conforme previsto na cláusula 5ª.

**Cláusula 12ª**  
**Confidencialidade e Proteção de Dados**

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo sobre todas as informações a que venham a ter conhecimento ou acesso, seja de que forma for, em virtude do presente contrato-programa, não as podendo utilizar em seu próprio benefício, nem revelar, ceder, partilhar ou permitir a sua duplicação, uso ou divulgação, no todo ou em parte, por terceiros.

1. Com a celebração do presente contrato-programa as partes vinculam-se, recíproca e conjuntamente, a cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados.

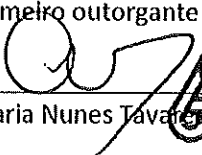
**Cláusula 13ª**  
**Disposições finais**


A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições previstas no decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, e no regulamento do programa de apoio ao movimento associativo.

E por ambas as partes estarem de acordo, vai o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo ser assinado e rubricado, em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos outorgantes.

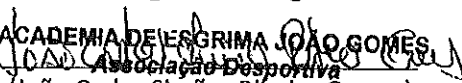
Amadora, 29 de ABRIL de 2021.

Pelo primeiro outorgante

  
\_\_\_\_\_  
(Carla Maria Nunes Tavares)

 **AMADORA**  
Câmara Municipal

Pelo segundo outorgante

  
**ACADEMIA DE ESGRIMA JOÃO GOMES**  
**Associação Desportiva**  
(João Carlos Simões Ribeiro Gomes)  
(Rua Carlos Amalro de Matos N.º 74 - 1.º Di.º)  
Venda Nova  
2700-162 Amadora  
NIF 508 550 092

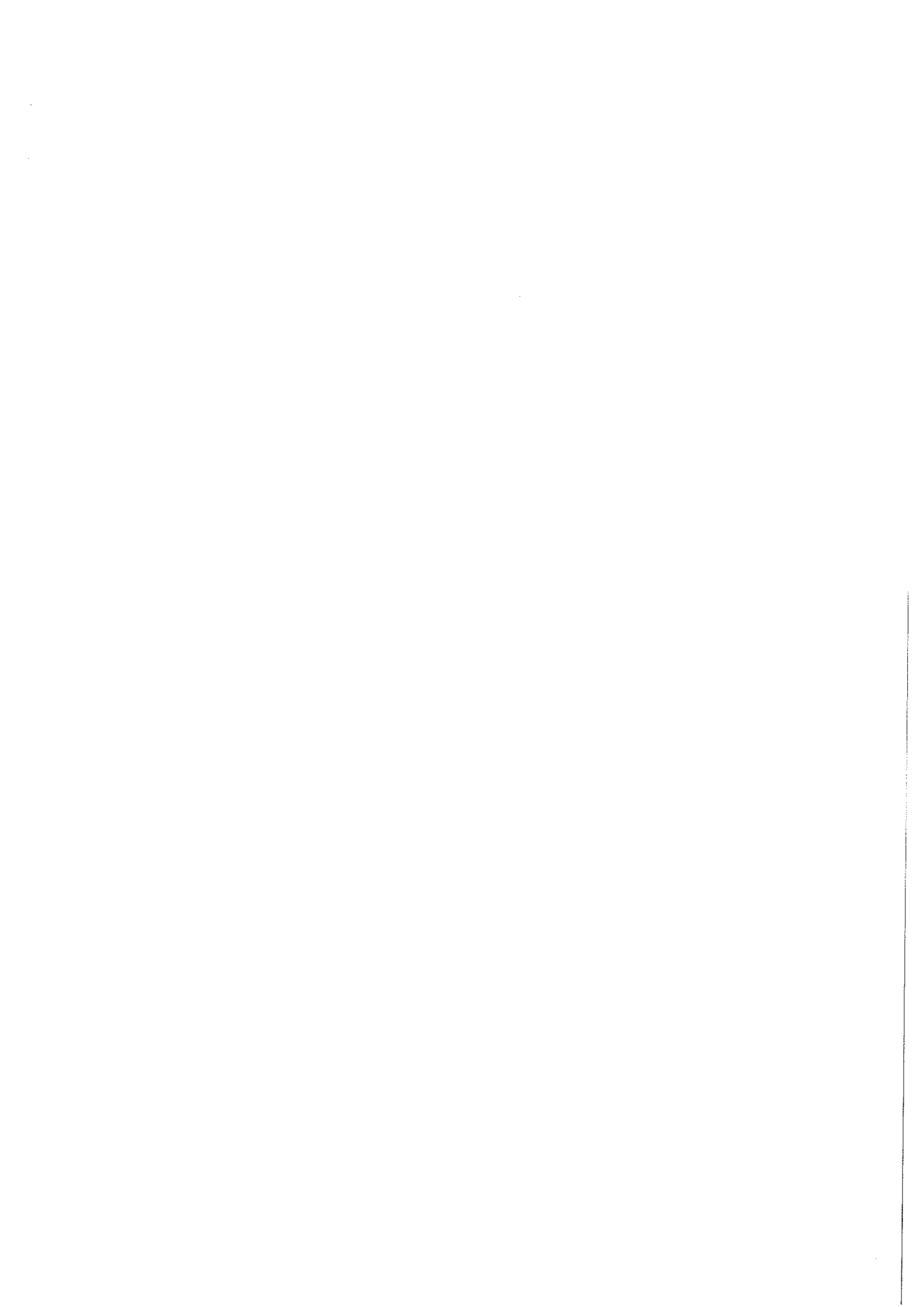
13 DE ABRIL DE 2021



**AMADORA**  
Município

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO  
DESPORTIVO  
FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA COVID19**





### **1. Identificação da Associação**

Nome da Entidade – ACADEMIA DE ESGRIMA JOÃO GOMES – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA  
Morada – RUA CARLOS AMARO DE MATOS N74 1º DTO. 2700-162 AMADORA  
Telefone – 965882217  
Email – [j.gomes@aejoagomes.com](mailto:j.gomes@aejoagomes.com)  
NIF – 508550092

### **2. Descrição das Atividades a realizar**

Publicação de conteúdos informativos nos meios de comunicação da associação com indicações úteis de apoio ao controlo da pandemia causada pela doença COVID19, e ao combate da Inatividade.

### **3. Justificação do Programa**

Como é do conhecimento geral, a 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de uma emergência de saúde pública de âmbito internacional devido ao vírus SARS-Cov-2, responsável pela doença (COVID-19). Tendo sido posteriormente, a 11 de março de 2020, declarado o estado de pandemia.

Com base no exposto, foi declarado o estado de emergência pelo Presidente da República, através do Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020, de 18 de março. O aludido estado de emergência foi renovado a 2 de abril, através do Decreto do Presidente da República nº 17-A/2020, e a 17 de abril, através do Decreto do Presidente da República nº 20-A/2020. Por fim, foi declarada a situação de calamidade pública pela resolução do Conselho de Ministros nº 33-A/2020, de 30 de abril.

A situação acima descrita deu origem a um conjunto de legislação excecional e temporária que visou dar resposta à situação epidemiológica, onde se destaca o decretamento do confinamento obrigatório e o encerramento da maioria dos espaços e instalações de utilização pública. Foram igualmente adotadas medidas excecionais e temporárias a fim de mitigar os efeitos nefastos que se fizeram sentir de forma transversal em toda a sociedade.

No que respeita à área do desporto foram aprovadas algumas medidas, porém, nenhuma delas visou, de forma direta, amenizar os efeitos negativos ao nível das atividades e da receita tesouraria das associações e clubes desportivos.

Efetivamente, o setor desportivo foi confrontado com uma súbita e imprevisível perda de receitas de bilheteira, das atividades de formação, patrocínios, quotizações e outros apoios, enquanto se mantiveram todos os seus compromissos de pagamento com a manutenção das instalações e despesas de água, eletricidade, telecomunicações, seguros, fornecedores e salários e demais encargos.

Em 29 de maio de 2020, foi emanada a orientação N.º 030/2020 por parte da Direção Geral de Saúde, definindo os espaços de prática de exercício físico e desporto e a realização de competições desportivas de modalidades individuais sem contacto físico. A presente orientação foi atualizada a 20 de julho de 2020.

Face à evolução da crise sanitária, a 25 de agosto de 2020, a Direção Geral de Saúde publicou a orientação N.º 036/2020 que enquadra o desporto e as competições desportivas.

## PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Em virtude do agravamento da situação sanitária, foi decretado a partir de 15 de Janeiro de 2021 novo confinamento geral obrigando ao encerramento de ginásios, pavilhões e outros recintos desportivos.

Ora, o artigo 79º da Constituição da República Portuguesa estabelece que “Todos têm direito à cultura física e ao desporto”, incumbindo “ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto”.

Por outro lado, o regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual conferida pela lei nº 50/2018, de 16 de agosto, refere serem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo os municípios, designadamente, de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto (nºs 1 e 2, alínea f) do artigo 23º).

Mais, refere o mesmo regime que compete à Câmara Municipal, “Deliberar sobre as formas de apoio a entidade e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos”, e ainda “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outro de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º).

Por outro lado, a lei de bases da atividade física e do desporto, aprovada pela lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro estabelece no nº 2 do seu artigo 5º que “O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promovem o desenvolvimento da actividade física e do desporto em colaboração com as Instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que atuam nestas áreas.”

De igual forma, a mesma lei de bases estipula que “Incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais, a promoção e a generalização da actividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos” (artigo 6º, nº 1) e que “Incumbe à Administração Pública na área do desporto apoiar e desenvolver a prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros, incentivar as actividades de formação dos agentes desportivos e exercer funções de fiscalização, nos termos da lei” (artigo 7º, nº 1).

Importa, assim, concretizar a concessão dos apoios extraordinários através da celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos e para os efeitos do disposto no regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo decreto-lei nº 273/2009, de 1 de junho, na sua atual redação conferida pelo decreto-lei nº 41/2019, de 26 de março.

#### **4. Quantificação dos Resultados esperados com a Execução do Programa**

Realização das publicações referidas no ponto N.º 2.

#### **5. Previsão dos Custos e da necessidade de Financiamento Público**

A base de cálculo para a presente proposta teve por base os apoios atribuídos na primeira fase, em função da verificação e avaliação da distribuição daquele apoio, face às informações recolhidas junto das entidades.

**6. Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecida pela entidade proponente para a execução do Programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras participações, financiamentos ou patrocínios e respetivas condições**

A Associação em causa assume o enquadramento financeiro, técnico, material e humano, necessário ao acompanhamento e desenvolvimento do seu plano de atividades.

**7. Entidades eventualmente associadas à gestão e execução do Programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades**

Câmara Municipal da Amadora – Programa de Apoio ao Movimento Associativo.

**8. Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se as houver**

Este Programa de Desenvolvimento Desportivo é complementar ao plano de atividades da Associação o qual foi devidamente apresentado no âmbito da candidatura ao Programa de Apoio ao Movimento Associativo em 2020.

**9. Calendário global de execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo**

A partir de 01 de Outubro de 2020.

João Carlos Jesus Pedro Sousa